



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



Processo nº: 17.850/2013

Referência: Informações nºs. 478/16-SELEG, 272/16-SEGEPE e 111/16-SEGEDAM.

Interessado: Péricles José Póvoa Júnior

Assunto: Abono de Permanência.

Ementa: Abono de Permanência. Considerações. Unidades técnicas pugnam pelo deferimento. Decisão nº 04/2016-AD. Parecer convergente com a SEGEPE/SEGEDAM. Pelo deferimento.

P A R E C E R Nº 65/2016-CJP

Por venerando despacho presidencial, de fl. 130, *in fine*, vêm os autos a esta Consultoria Jurídica, para análise dos presentes autos.

Versam os autos do processo em epígrafe, neste momento, sobre a análise de pedido de abono de permanência, formulado pelo servidor Péricles José Póvoa Júnior, fl. 01, em razão do atendimento dos requisitos da aposentadoria especial, prevista no art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o entendimento estabelecido na Decisão – TCDF nº 4.287/2013.

A Divisão de Programas de Saúde – DISAUDE, em atendimento ao quanto demandado pelo Serviço de Legislação de Pessoal – Seleg, fl. 104, produziu o Laudo Médico nº 08/16 – DISAUDE/SEGEDAM acolhendo a declaração médica de fl.103, expedida pelo Dr. Jaime Pontes Jardim Filho, no sentido de estabelecer: “*como marco inicial da doença a primeira semana de março de 1982*”.

Ao analisar o feito, o Serviço de Legislação de Pessoal – Seleg, manifestou-se, inicialmente, pelo indeferimento do pleito, posto que, conforme entendimento vigente à época, o interessado só implementaria as condições para aposentadoria especial, com tempo de contribuição ininterrupto, considerando sua deficiência leve, em 07.12.2036, se aplicado o fundamento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



previsto no art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 3º, inciso III, da Lei Complementar nº 142/2013 e a Decisão ordinária TCDF nº 6.147/2014.

Contudo, diante da recente Decisão nº 04/2016 – AD, desta Corte, exarada nos autos do processo nº 35468/2013, o Seleg reviu o seu posicionamento (fls. 110/114), pugnando pela concessão do benefício.

Esclareceu, que o caso que deu origem à referida Decisão é análogo ao presente, tendo o Tribunal, nos termos do voto-condutor, reconhecido que sendo a condição de deficiência física contínua, não deve se ter por aplicável a literalidade do art. 57 da Lei nº 8.312/1991 quanto à interrupção do tempo de serviço como excludente para a aquisição do direito à aposentadoria especial. Conforme expresso no voto-condutor, a condição de deficiência não cessa durante os períodos de ausência de vínculo empregatício, motivo pelo qual os intervalos de tempo devem ser considerados como período de suspensão da contagem do tempo de contribuição e não de interrupção como no caso de trabalho em condições insalubres ou perigosas. Assim, com base nesse entendimento, o Seleg concluiu que o servidor faz jus ao benefício desde 13.08.2007, data em que completou 25 anos de contribuição.

Na mesma linha foi o entendimento da Secretaria de Gestão de Pessoas – Segep, fls. 126/128, que também concluiu pelo deferimento do pleito e, consequentemente, pelo pagamento de R\$ 333.461,07 (trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sete centavos), referente ao período de 26.03.2008 até a data atual, valores devidos à título do abono de permanência, considerando a prescrição quinquenal a partir da data do requerimento (26.03.2013).

Por fim, a SEGEDAM, às fls. 129/130, acolheu o posicionamento adotado pelas unidades técnicas, opinando pela concessão do referido abono ao servidor Péricles José Póvoa Junior, matrícula nº 631-9, a contar de 13.08.2007, data em que completou 25 anos de serviço na condição de



deficiente físico, com fundamento no art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 57 da Lei nº 8.213/1991, e considerando ainda o item I da Decisão TCDF nº 4.287/2013 – SO, o item II, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 05/2014 – AD e a Decisão nº 04/2016 – AD, ficando os efeitos financeiros sujeitos à prescrição quinquenal a contar da data do requerimento (26.03.2013).

Feito o relatório, passamos à análise da matéria.

Preliminarmente, impende ressaltar que o abono de permanência, com a denominação dada pela EC nº 41/03, é instrumento jurídico pelo qual o servidor tem a possibilidade de receber de volta a contribuição previdenciária descontada de sua remuneração, em virtude de ter reunido condições de aposentar-se voluntariamente, mas dessa possibilidade abre mão temporariamente.

Ao tratar do tema, o Plenário desta Corte, por meio da Decisão nº 6.147/14 deixou totalmente explicitado que é cabível a concessão de abono de permanência em casos de aposentadorias especiais, como é o caso da aposentadoria dos portadores de deficiência.

Corroborando tal entendimento, cabe trazer à colação trecho da Decisão Administrativa nº 5/2014, proferida no Processo nº 14.045/2013, que ao tratar de concessão de abono de permanência em tais casos, assim decidiu, *litteris*:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do requerimento acostado pelo servidor Ronaldo Dias Vieira às fls. 46/48; II. no mérito: a) quanto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



ao direito, considerar procedente o quanto requerido, reconhecendo que o servidor, portador de necessidades especiais, faz jus ao abono de permanência, retroativamente, desde quando completou os requisitos necessários à aposentação especial (artigo 40, § 4º, inciso I, da CF), fato ocorrido em 24.10.2006; b) quanto aos efeitos financeiros da concessão, sujeitar o pagamento à prescrição quinquenal, contada desde a data do seu requerimento (de 13.9.2013 - fls. 48/53), bem como limite a vigência do pagamento retroativo a 15.06.2013, data imediatamente anterior aos efeitos do despacho exarado à fl. 40 dos autos em exame, que se refere à concessão de abono de permanência já outorgada ao requerente; “(grifo nosso)

Recentemente, no âmbito do Processo nº 35.468/2013, foi exarada a Decisão nº 4/2016, que assim dispôs:

Decisão nº 4/2016:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos requerimentos de fls. 1, 48 e 85/230, subscritos pelo servidor JOSÉ HIGINO DE SOUZA; b) da decisão judicial favorável à pretensão do requerente, proferida nos autos do Mandado de Injunção 2014.00.2.029308-6-TJDFT (fls. 239/274, 286/287, 306/328) e transitada em julgado em 27.11.2015 (fls. 163 do anexo); II – no mérito, com fundamento no art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 57 da Lei nº 8.213/91 e observando o que deflui do disposto no item I da Decisão-TCDF nº 4.287/13 - SO, bem como do item II, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 05/2014-AD, pelo deferimento do pedido objeto dos autos em exame e, por conseguinte, pela concessão do Abono de Permanência nos termos propostos pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



Secretaria de Gestão de Pessoas; III – pela devolução dos autos em exame à Secretaria-Geral de Administração para ciência ao interessado, anotações e demais providências pertinentes, cuja implementação deverá observar a disponibilidade financeira e orçamentária.”

Tem-se, que o caso que deu origem à referida Decisão é análogo ao ora analisado, tendo o Tribunal, nos termos do voto-condutor, reconhecido que sendo a condição de deficiência física contínua, não deve se ter por aplicável a literalidade do art. 57 da Lei nº 8.312/91 quanto à interrupção do tempo de serviço como excludente para a aquisição do direito à aposentadoria especial, consoante proposição da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo nº 35468/13, *verbis*:

“ (...)

IV. no mérito, pelo provimento do pedido objeto destes autos e, em consequência, pela concessão do Abono de Permanência a contar de 17.02.2013, data em que o requerente completou 25 anos de serviço e contribuição na condição especial de deficiente físico, observada a prescrição quinquenal a contar do requerimento inicial, ao amparo do art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 57 da Lei nº 8.213/91, observado o disposto no item I da Decisão-TCDF nº 4.287/13 - SO, assim como o constante no item I da Decisão nº 05/2014-AD, haja vista que, para fins da modalidade de aposentadoria em questão, deve ser considerado todo o tempo de serviço/contribuição prestado na condição de portador de necessidade especial pois, diferente da situação do servidor que opera em condições insalubres ou perigosas, nas quais a interrupção do vínculo empregatício ou funcional implica também na interrupção da formação dos elementos factuais necessários à aquisição do direito ('atividade + condição nociva'), a condição de deficiência física não cessa durante os períodos de ausência de vínculo empregatício, motivo pelo qual os intervalos de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



tempo devem ser considerados como períodos de suspensão da contagem, em harmonia com a orientação proferida pelo Supremo Tribunal Federal em reiterados julgados, no sentido de se utilizar o recurso integrativo da analogia em detrimento da aplicação das disposições literais do art. 57 da Lei nº 8.213/91;”

Nessa seara, considera-se que restou afastada a necessidade de que fosse comprovado o tempo de serviço ininterrupto na condição de deficiente para a concessão do direito ao abono decorrente do preenchimento dos requisitos para a aposentadoria especial.

O voto-condutor da Decisão nº 4/2016-AD traz ainda importantes esclarecimentos quanto à questão, quando da análise do caso individual levado a Plenário, *in verbis*:

“ (...)

Do que venho de destacar é possível concluir que:

1. *ao suprir a lacuna legal existente no tocante à regulamentação da aposentadoria especial, a ser concedida ao servidor portador de deficiência, o Supremo Tribunal Federal vem decidindo que:*

a.1) aplica-se supletivamente o art. 57 da Lei nº 8.213/1991, com relação ao período anterior à entrada em vigor da LC 142/2013, e o disposto na referida Lei Complementar, no que se refere ao período posterior;



a.2) compete à autoridade competente para a concessão da aposentadoria especial verificar o efetivo preenchimento dos requisitos legais para a percepção do benefício, atividade que se estende à concessão do abono de permanência, por motivos óbvios;

*2. o requerente foi admitido nesta Corte de Contas em 06.08.2004 e, conforme declarou a Junta Médica do TCDF, **é portador de deficiência já presente na data de sua admissão** (fls. 82), o que, a meu juízo, lhe confere o direito a aposentadoria especial prevista no art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal c/c o prescrito na Lei Federal nº 8.213/91, vigente na data em que completou 25 anos de serviço/contribuição para tal efeito (**17.02.2013**);*

*3. na hipótese da aposentadoria especial deferida ao servidor portador de deficiência física, a presença desta, atestada via laudo médico, é que constitui o requisito fundamental para a concessão. Tal requisito, segundo a Lei Complementar nº 142, de 08.05.2013, pode ser grave, moderado ou leve e esta gradação é que definirá o tempo mínimo que o servidor terá que contribuir para adquirir o direito a aposentadoria. Todavia, no caso concreto, tal gradação não incidirá pois a referida lei complementar não vigia na data em que o servidor completou 25 anos de contribuição para efeito de aposentadoria especial (**17.02.2013**). Portanto, a meu juízo, a presença da deficiência física, o cumprimento do tempo de contribuição legalmente pré-definido e a opção do servidor em continuar em atividade constituem, na espécie, os requisitos fundamentais da concessão do abono de permanência;*

4. é razoável o entendimento de que, na hipótese da aposentadoria por deficiência física, se



*revela descabido exigir-se que, à semelhança daqueles que laboraram em condições e local prejudiciais à saúde ou à integridade física (**ratione loci**), somente deva ser considerado o tempo ininterrupto de serviço, como previsto no § 3º do art. 57 da Lei federal nº 8.321/91. A aposentadoria especial, no caso dos portadores de deficiência física, deve ser deferida em função de suas específicas condições pessoais (**ratione personae**), cumprindo registrar que a deficiência não cessa, não desaparece durante eventuais intervalos, lapsos, lacunas entre o exercício de um emprego/ cargo e outro.*

(...)”

Por derradeiro, ante a ausência de regulação específica, considera-se aplicável ao presente caso o art. 40¹, § 4º, inciso I, da CF/88, c/c o disposto

¹ Constituição Federal

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;



no art. 57² da Lei nº 8.321/91, no que couber, excetuando-se a previsão do § 3º quanto à exigência de tempo interrupto de serviço para os casos de deficiência física.

² Lei 8.321/91

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.

§ 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 4º O período em que o trabalhador integrante de categoria profissional enquadrada neste artigo permanecer licenciado do emprego, para exercer cargo de administração ou de representação sindical, será contado para aposentadoria especial.

§ 5º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



Contudo, no caso sob análise, o Laudo Médico nº 8/2015-TCDF de fl. 93, declara que o requerente é portador de **deficiência leve**, que conforme classificação disposta na LC nº 142/2013, em seu art. 3º, item III, assegura aposentadoria especial, aos 33 anos de contribuição.

Sendo assim, se o servidor é portador da deficiência leve, desde o dia 1º de março de 1982, o implemento dos 33 anos de contribuição só ocorreria em 1º de junho de 2012, e não em agosto/2007.

Ademais disso, naquela data, ele não poderia ter exercido o direito de opção, assegurado no Art. 40, § 19 da CF, na redação da EC nº 41/2003,

§ 6º O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98) (Vide Lei nº 9.732, de 11.12.98)

§ 7º O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais referidas no caput. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

§ 8º Aplica-se o disposto no art. 46 ao segurado aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes da relação referida no art. 58 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



porque ainda não reunia os pressupostos fáticos e jurídicos para a aposentadoria especial.

Destarte, ante os esclarecimentos expendidos pelas i. unidades técnicas e das veneráveis decisões colacionadas, esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídicos-formais, opina por que seja reconhecido o direito ao abono de permanência, a qual só poderia ser devido, 33 anos a partir do dia 1º de março de 1982 (marco inicial da doença, segundo a declaração constante à fl. 103).

É o que nos parece.

Ao crivo do digníssimo Presidente desta Corte de Contas, não sem antes a apreciação por parte do douto Consultor Jurídico.

Brasília, 08 de abril de 2016.

Ana Paula C. Resende M. do Prado
Assessora Jurídica



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



Processo TCDF nº 17.850/2013

Referência: Laudos Médicos nºs 8/2015 e 8/2016, com Informações nºs. 478/16-SELEG, 272/16-SEGEP e 111/16-SEGEDAM (AP).

Interessado: Péricles José Póvoa Júnior

Assunto: Abono de Permanência retroativo (Deficiência).

Ementa: Abono de Permanência. Considerações. Unidades técnicas pugnam pelo deferimento. Decisão nº 4/2016-AD. Parecer convergente com a SEGEP/SEGEDAM. Pelo deferimento, com ressalvas.

PARECER Nº 65/2016- CJP (Complementação)

Submeto o presente processo à elevada consideração superior, da Egrégia Presidência, com a inclusa manifestação desta Consultoria Jurídica, consubstanciada neste Parecer da ilustre Assessora Jurídica Dra. Ana Paula C. Resende M. do Prado, no sentido favorável ao **deferimento** do abono de permanência, do servidor em causa, mas com ressalvas.

Preliminarmente, impõe-se ressaltar que a **DECLARAÇÃO**, como modalidade de **ATO ADMINISTRATIVO**, consistente na afirmação da preexistência de uma determinada situação, de fato ou de direito, quando formulada por autoridade competente, é dotada da presunção de veracidade, mas não tanto, aquela feita por ciência própria, equivalente a um depoimento, de prova testemunhal, cujo valor probante precário depende de ser corroborado, por outras circunstâncias, com ela concorrentes.

Não se pode por em dúvida, a informação contida, na Declaração trazida aos autos, datada de fevereiro/2016 (fl. 103), sobre uma alegada consulta médica, realizada em torno de março/1982, só que ela não constitui prova plena, quanto à origem e antiguidade da deficiência, a recomendar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



reforço de outros elementos, como os laudos dos exames pré-admissionais nos empregos anteriores, no Banco do Brasil e/ou mesmo uma perícia médica.

Impende assinalar, outrossim, que consta no PORTAL eletrônico do CFM, ser o subscritor dessa DECLARAÇÃO Médico, com inscrição no CRM/GO nº 3148, a qual foi, formalmente, transferida para Tocantins em agosto de 1997 (CRM nº 347-TO).

Quanto ao **mérito**, verifica-se que o Laudo Médico nº 8/2015-TCDF (fl. 93), declara que o requerente é portador de **deficiência leve**, conforme classificação da LC nº 142/2013, cujo Art. 3º, no seu item III, assegura aposentadoria especial, aos 33 anos de contribuição (**cfr.** fl. 68).

Logo, se resultar bem comprovado, que o servidor é portador da deficiência, desde antes de 1º-3-1982, o implemento dos 33 anos de contribuição só ocorreria, em 1º-6-2012, e não em agosto/2007.

Ademais, a essa data, verdadeiramente, ele não poderia ter exercido o direito de **opção**, assegurado no Art. 40, § 19 da CF, na redação da EC nº 41/2003, porque ainda não reunia os pressupostos fáticos e jurídicos, para a aposentadoria especial, à falta da comprovação a tanto necessária.

Dai este parecer, favorável ao reconhecimento do direito ao abono de permanência, mas só depois de suficientemente comprovada a deficiência, desde antes de 1º-3-1982, o qual só poderia ser devido, após 33 anos a partir dali.

Ao Gabinete da Presidência, com as vênias de estilo.

Brasília, 11 de abril de 2016.

SEBASTIÃO BAPTISTA AFFONSO
Consultor Jurídico